

URGENTE DEMISSÃO DO GOVERNO SOARES/PINTO

Reunido no passado sábado em sessão plenária, o Comité Central do PCP aprovou uma Declaração política cuja principal conclusão é a necessidade da urgente demissão do Governo Soares/M. Pinto, apontada como tarefa do povo, dever das instituições e imperativo nacional.

Pág. 3

Suplemento /

Avante!
Ano 53 - Série VII
N.º 560
20 de Setembro de 1984
Suplemento n.º 124
Não pode ser vendido
separadamente

Delegados de
jornais,
organizações
e partidos
irmãos
presentes na
Festa falam
ao "Avante!"
Págs. 8/9/10/11/12

Retrospectiva
do que foi a
presença em
Portugal (não
só na Festa)
de ginastas
de alto nível
Internacional!
Pág. 13/14

Solidariedade e internacionalismo



As
fotos
da
Festa
Págs. 4/5/6/7

As armas
o desemprego
e o movimento sindical
Págs. 2/3



ENCONTROS REGIONAIS NOS AÇORES E NA MADEIRA

- *Objectivo: preparação das eleições de 14 de Outubro, a realizar simultaneamente nas duas Regiões Autónomas*

Págs. centrais

MAIS DE 10 MIL CONTOS
JÁ CONSEGUIDOS
NA CAMPANHA DO VITÓRIA

Pág. 4

Delegação do PCP na Checoslováquia e Jugoslávia

Uma delegação do PCP dirigida por Alvaro Cunhal, secretário-geral, e integrando ainda Albano Nunes e Marília Vilaverde Cabral, membros do Comité Central, partiu na passada segunda-feira para a República Socialista da Checoslováquia, a fim de realizar uma visita a convite do respectivo Partido Comunista.

A delegação do PCP efectua depois uma visita à República Socialista Federativa da Jugoslávia, a convite do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

Na próxima edição daremos informações mais detalhadas sobre estas duas visitas.

APELO À LUTA EM UNIDADE

O secretismo das verbas para «emprego» dos patrões

Pág. 7

SEMANA

12
Quarta-feira

Uma delegação de vinte e cinco trabalhadores da CIFA, há 20 meses sem salários, inicia uma vigília de 24 horas frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Os trabalhadores pretendem uma entrevista com Mário Soares para lhe mostrar que a sua empresa é, ao contrário do que afirma o Governo, viável. Assunto sempre polémico, a questão dos torios de morte agudiza-se com a estocada desferida pelo matador Mário Coelho no decorrer de uma corrida de torios na Moita. Continuando a sua política de total enfeudamento do imperialismo norte-americano, o Governo PS/PSD pediu aos EUA que os estaleiros navais portugueses sejam integrados no dispositivo militar daquele país, ao mesmo tempo que a administração da Lisnave cancela a reparação de seis navios comerciais. O marechal Costa Gomes afirmou, no decorrer de uma reunião internacional onde se discutiu o diálogo entre as nações e as forças da Paz, que a situação europeia é «angustiante e alarmante» e que a instalação de mísseis Pershing-2 e Cruise no continente provoca «um desequilíbrio estratégico» entre as forças da União Soviética e dos Estados Unidos da América, contrariamente ao regularizado pelo acordo SALT-2.

13
Quinta-feira



Depois da promessa de diálogo, a polícia prendeu os vinte e cinco trabalhadores da CIFA que se encontravam há 24 horas em vigília frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Entre os detidos encontrava-se Álvaro Rana, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CIGP-IN. Os trabalhadores saíram em liberdade depois de terem sido identificados. No final de uma reunião, o Conselho de Ministros publicou um daqueles seus longos comunicados. No comunicado afirma-se que foi decidido decretar a reintegração e subsequente promoção dos militares saneados no 25 de Abril. Em Roma, e preparando-se para viajar até Espanha, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, afirma que não se deslocará a Portugal enquanto não houver entre os dois países «repeito mútuo, igualdade e reciprocidade de vantagens» na cooperação. Eduardo dos Santos visita diversos países europeus, em busca de novos acordos de cooperação. Trabalhistas chegam a acordo com o bloco Likud para a formação de um governo conjunto em Israel.

14
Sexta-feira

A Secretária de Estado da Emigração decidiu desmantelar os serviços de apoio aos emigrantes portugueses em Paris, tendo em causa toda uma actividade sociocultural, informativa e jurídica realizada por este organismo junto da comunidade portuguesa. Os trabalhadores portuários de Leixões estão paralisados por terem sido marginalizados na descarga de um navio. Em greve também como protesto contra um decreto segundo o qual certo tipo de transfiga dispensa o recurso aos trabalhadores portuários. Corroborando as acusações da OLP, um vaso de guerra de Israel bombardeou uma zona de Beirute Ocidental, apenas algumas horas após o líder trabalhista, Shimon Peres, ter sido empossado no cargo de primeiro-ministro. Na RFA começam as maiores manobras militares terrestres da NATO jamais realizadas naquele país.

15
Sábado



Em sessão plenária, o Comité Central do PCP concluiu que «a tarefa principal, central e decisiva da hora presente é a demissão do Governo e uma alternativa democrática». Em Ponta Delgada e no Funchal, os candidatos e apoliantes da APU participam em encontros regionais onde definem os grandes objectivos eleitorais para os Açores e Madeira. O secretariado provisório do movimento político ex-CNARPE reúne-se em Santarém para preparar a primeira reunião nacional do movimento, que se realizará em Outubro. O jornal norte-americano «Washington Post» revela que a CIA forneceu três aviões ligeiros, equipados com mísseis, aos bandos terroristas nicaraguenses. Estes aviões foram utilizados no raid aéreo de 1 de Setembro. José Eduardo dos Santos, o presidente angolano, deixou Madrid em direcção a Angola, no final de um périplo europeu que o levou, nomeadamente a Espanha, Itália e França. Durante uma conferência de imprensa reafirmou a intenção de o governo angolano não estabelecer qualquer diálogo com «individuos que traíram a sua pátria».

16
Domingo

A CGTP-IN proclamou, em manifesto a propósito do seu 14.º aniversário, que a demissão do Governo é o objectivo central e nacional da luta dos trabalhadores portugueses. Para a CGTP-IN a demissão do Governo «é condição indispensável a uma alternativa que assente no respeito pela Constituição e pelo 25 de Abril e encaminhe o País no sentido do progresso, da justiça social e da Paz». Com o ministro da Saúde, Maldonado Gonet, ausente, começam em Lisboa dois importantes congressos médicos internacionais que reúnem mais de quatro mil especialistas mundiais dos ramos de gastroenterologia e de endoscopia digestiva. Ramalho Eanes presidiu à sessão solene de abertura dos certames. Cerca de dez mil pessoas participaram nos funerais das 23 vítimas da repressão racista na África do Sul. Através da «Rádio Venceremos», a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) acusou o governo salvadoreño de ter ordenado diversos bombardeamentos aéreos contra zonas rurais na província de Usulután.

17
Segunda-feira



A CGTP-IN anuncia que, pelo menos 18 das 64 empresas consideradas «eventualmente inviáveis» pelo Governo receberam cerca de 800 mil contos do Estado. Fica a pergunta: O Executivo subsidiou empresas inviáveis ou declarou empresas eventualmente inviáveis empresas que são economicamente viáveis? A questão de uma eventual adesão de Portugal à CEE continua a dar que falar. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Dez reuniram-se para não chegarem a qualquer acordo. «A prioridade das prioridades» dos últimos governos divisa-se cada vez mais longe. Correspondendo às chamadas de atenção das forças democráticas israelitas, o novo governo de Shimon Peres não alterará a política expansionista de Israel, uma vez que dele fazem parte os dois grandes responsáveis pelos massacres de Sabra e Chatila. A França e a Líbia anunciam a retirada total e simultânea das suas forças militares no Chade. Na África do Sul, a repressão fascista continua a fazer vítimas. A polícia sul-africana assassinou dois homens a leste de Joanesburgo.

18
Terça-feira

Em Liboa o dólar norte-americano ultrapassa os 160 escudos. A título de comparação recorde-se que em 30 de Julho último o dólar era cotado a 150 escudos. Chega a Lisboa o ministro italiano da Defesa G. Spadolini. O Governo PS/PSD cede a exigências da CEE, nomeadamente no capítulo das Pescas — sabe-se em Bruxelas. Em Washington é com o ministro que se comenta o protesto em todo o Mundo contra a escalada do dólar. Donald Regan, secretário do Tesouro, vai ao ponto de afirmar: «O que é bom para os EUA tem que ser bom para o resto do Mundo» (sem comentários...).

Editorial

DECLARAÇÃO POLÍTICA NA HORA PRÓPRIA

Quatro direcções fundamentais para atingir os objectivos da luta social e política são indicadas na Declaração Política saída da Reunião plenária do Comité Central do PCP realizada no último fim-de-semana.

Primeira — A luta de massas em todas as frentes em grandes e pequenas acções;

Segunda — A unidade e a acção convergente dos trabalhadores, das classes e camadas sociais antimonopolistas, de todos os democratas e patriotas;

Terceira — A luta pelo funcionamento democrático das instituições;

Quarta — O reforço do Partido em todos os aspectos essenciais.

São direcções fundamentais de luta impostas pela acelerada degradação da situação nacional; pelas desastrosas consequências e perigos da continuação do Governo Soares/Mota Pinto à frente do País; pela urgência da sua demissão e da existência de uma política alternativa no quadro de uma alternativa política para a qual estão criadas as condições objectivas essenciais.

Que razões fundamentam estas quatro direcções de luta indicadas pela Declaração Política do CC do PCP?

Das seis expressas na Declaração — que neste número do «Avante!» publicamos — abordáramos algumas.

A primeira, a que mais determina a urgência da demissão do Governo PS/PSD é o brutal agravamento das condições de vida do povo português com a particularidade de a perspectiva para onde a política da coligação governante aponta não ser a da melhoria mas ao contrário a da deterioração ainda mais acentuada da situação de miséria, desemprego e fome que flagela vastos sectores da população trabalhadora.

Os trabalhadores da cidade e do campo, os portugueses e portuguesas das classes e camadas de mais modestos recursos e rendimentos, os seus filhos e familiares, sentem na própria carne e na existência de todos os dias este agravamento constante e insustentável das condições de vida.

A verdadeira estatística não está escrita, sente-se nas brutais carências que golpeiam a vida dos trabalhadores, sob a política antipopular do Governo Soares/Mota Pinto.

Entretanto, apesar da duvidosa confiança que merecem e de pecarem por defeito, os próprios números oficiais tingem de negro o manto cor-de-rosa com que o Governo Soares/Mota Pinto tenta encobrir a realidade da sua política.

Apenas no ano de vigência do actual Governo, de Junho de 1983 a Junho de 1984, a escalada da carestia acusa uma subida de 32,1% enquanto que os salários reais acusam uma queda, não no primeiro trimestre deste ano relativamente a igual período do ano passado, de 9% em Lisboa e 12% no Porto nos sectores da indústria e dos transportes, mas na construção civil de 17% e nos assalariados rurais de 20%.

Somente de Janeiro a Julho deste ano e relativamente a igual período do ano passado os preços subiram de 31,3%.

No desemprego, sempre segundo os números oficiais, falsificados e abaixo dos valores reais, o número dos desempregados atingiu no primeiro trimestre deste ano a cifra de 503 000, compreendendo aumentos de 70 000 em 1983 e de 40 000 nos primeiros quatro meses deste ano.

Avalia-se, além disso, em mais de 300 000 os trabalhadores que, por instabilidade no emprego, procuram nova ocupação e se puseram diante dos olhos o facto de cerca de 61 000 desempregados receberem subsídio de desemprego e que cerca de 150 000 têm os salários em atraso, alguns quase há dois anos, iludindo a miséria e a fome reais que só as lunetas fumadas do Primeiro-Ministro não vêem, teremos o quadro sombrio da situação actual dos trabalhadores.

A segunda razão que fundamenta as indicações do CC do PCP radica nas decisões e medidas inconstitucionais e ilegais (tomadas umas e anunciadas outras) visando a liquidação das Nacionalizações e da Reforma Agrária e de outras grandes conquistas democráticas alcançadas, como a legislação laboral, a lei dos baldios, a lei do arrendamento rural.

A ofensiva contra as Nacionalizações, exigida pela CIP, desencadeada pelo Governo e pelos círculos monopolistas portugueses e estrangeiros em estreita associação, passou à fase operacional após a «abertura à privada» da banca e dos seguros e criação e funcionamento ainda para este ano de três bancos, dois dos quais do grande capital bancário norte-americano com fortes e conhecidas ligações políticas aos dois partidos da coligação governante.

A desorganização do sistema bancário português nacionalizado é uma evidente linha de ataque da ofensiva governamental em estreita aliança com a alta finança internacional. O incrível «fenómeno» D. Branca é um símbolo autêntico do descrédito e do desordem das instituições provocados pela política do Governo actual e pela sua acção de estrangulamento da banca nacionalizada.

Intensificação da ofensiva da clique Soares/Mota Pinto, exigida pela CAP, contra a Reforma Agrária, está nos projectos imediatos do Governo. A intensificação desta ofensiva constitui — além de um acto de guerra contra as UCP's — um verdadeiro crime contra a economia nacional.

As previsões do ano agrícola para os cereais praganosos põem, por exemplo, mais uma vez em relevo a superioridade das UCP's em termos de produção e produtividade relativamente às formas privadas de exploração agrícola, em especial dos latifúndios, reconstituídos já em largas áreas pelos ataques dos governos ditos constitucionais.

Numa área semeada nacional de 700 000 hectares, para que se prevê este ano uma produção de 1 milhão de toneladas, na área de 60 500 hectares das UCP's prevê-se a produção de 100 000 toneladas, isto é, em apenas 8,6% da área semeada prevê-se para as UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária uma produção de 10% do total — o que atrai para uma produção média unitária por hectare de 2000 Kg para o trigo, 1400 para a cevada e 1500 para a aveia, muito superiores às das explorações privadas.

A monstruosidade da revisão das leis laborais que o Governo se prepara para apresentar na reabertura da Assembleia da República na sequência da política repressiva contra os trabalhadores e das constantes violações da legalidade democrática suscita a indignação e repúdio do movimento operário e popular, em particular do movimento sindical unitário representado pela CGTP/Intersindical.

As «reticências compatíveis»

• Sobre as concepções de Torres Pereira e do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios

O Conselho Directivo da chamada Associação Nacional de Municípios Portugueses e o seu presidente, Artur Torres Pereira, picaram-se com uma nota da SIP do PCP que formulou fundamentadas acusações quanto à orientação que aquele órgão tem vindo a imprimir à actividade da Associação, tanto no que respeita ao seu funcionamento interno (caracterizado por métodos antidemocráticos e sectários), como no que se refere à sua atitude (caracterizada pela submissão e enfeudamento) face à política anti-autárquica do Governo PS-PSD.

Por isso, em comunicado público, vieram proclamar o seu intenso apego à defesa do poder local e protestar a sua alegada independência face ao Governo.

No referido comunicado, há porém duas passagens que, só por si, falam como um livro aberto sobre as concepções do Torres Pereira e do CD da ANMP.

A primeira refere que os dirigentes daquela Associação «apenas aceitam servir a democracia e Portugal, tendo plena consciência das dificuldades porque passa o País e dos obstáculos que os seus inimigos internos e externos constantemente lhe põem».

Como se vê, este recurso ao espantalho dos «inimigos internos e externos» é uma ressonância típica da linguagem e das concepções fascistas e, sendo muito pouco própria num comunicado assinado em Setembro de 1984 pelo presidente de um Conselho Directivo de uma Associação Nacional de Municípios, já assentaria muito bem a um candidato a chefe do «serviço de informações» que o Governo PS-PSD pretende instalar e pôr a funcionar.

E caso para perguntar se será para aí que Torres Pereira orienta as suas notórias ambições políticas e pessoais.

A segunda passagem — altamente esclarecedora — é a que sintetiza a atitude do CD da ANMP face aos governos. Esclarece o comunicado que «Governo que legisle de acordo com os interesses do poder local merece a nossa colaboração desinteressada e honesta». Repare-se que o verbo está no presente do indicativo («merece»). Mas o comunicado diz também, numa frase verdadeiramente sensacional, que «Governo que menospreza e hostiliza o poder local merecerá as reticências compatíveis com a dignidade que os superiores objectivos da Associação justificam».

Além de se reparar que, neste caso, o verbo já está no futuro

(«merecerá»), sublinhe-se, sobretudo, a inexecedível firmeza e combatividade deste inefável Conselho Directivo: um governo que «menospreze e hostilize» o poder local merecerá essa terrível, arrasadora e drástica resposta que são as «reticências compatíveis» dos dirigentes da ANMP (!!!).

Estamos pois conversados sobre a independência do CD da Associação e sobre o seu apego à defesa do poder local.

O Governo que menospreza e hostiliza o poder local já está aí — é o Governo PS-PSD, mas Torres Pereira e o CD da ANMP (composto apenas por elementos do PSD, PS e CDS), não querem ver essa clamorosa evidência.

Mais: mesmo que venham a ser forçados a descobrir um dia essa evidência, por esse lado, o Governo PS-PSD está absolutamente garantido; quando muito apanhará com as tais «reticências compatíveis» o que, como se calcula, muito o deve impressionar e atemorizar.

Conclusão final: os vendidos do CD da ANMP confessam-se vendidos. Felizmente, o poder local democrático não é isto. Defenderá a sua autonomia e democraticidade não com «reticências», mas com protesto, mobilização e luta.

Saudação aos camaradas etíopes

O Comité Central do PCP enviou ao Congresso da Fundação do Partido dos Trabalhadores da Etiópia — do qual voltaremos a falar na próxima semana e onde o nosso Partido esteve representado pelo camarada Jorge Araújo, da Comissão Política e do Secretariado — a seguinte saudação:

Queridos Camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português dirige ao Congresso da Fundação do Partido dos Trabalhadores da Etiópia e por seu intermédio a todos os militantes do vosso Partido, à classe operária e ao povo trabalhador etíope, as mais calorosas e fraternais saudações revolucionárias dos comunistas portugueses.

Ao fazê-lo estamos inteiramente seguros de interpretar os sentimentos, não apenas dos comunistas, mas da classe operária e dos trabalhadores de Portugal que saudaram com grande alegria o acontecimento histórico de 12 de Setembro de 1974 e sempre têm acompanhado com elevado espírito de solidariedade a luta do povo etíope, sob a direcção do CNAP, do COPE e do camarada Presidente Mengistiu Hailé Mariám, pela completa liquidação do atraso secular em que o regime feudal burguês deixou mergulhado o país, pela independência e integridade territorial da sua pátria milenária, por profundas transformações económicas, sociais e culturais que abriam à Etiópia o caminho do progresso social e do socialismo.

A revolução etíope, cujo 10.º aniversário se celebra, contando com a solidariedade do campo socialista e das forças progressistas de todo o mundo, alcançou nestes dez anos vitórias históricas na promoção do progresso material e espiritual do seu povo, na edificação de um estado democrático e popular e de uma nova sociedade orientada para o socialismo; enfrentou e rechaçou com sucesso a invasão do seu território pelas forças da reacção e do imperialismo; tornou-se um forte baluarte das forças do progresso social e da paz que granjeou para a Etiópia um grande prestígio em África e no mundo.

A revolução etíope, com a sua opção socialista e marxista-leninista e a acção conducente à criação do partido de vanguarda da classe operária que este Congresso culmina, constitui um acontecimento de grande alcance e significado não apenas para a Etiópia e os povos de África mas para todos os povos do mundo que lutam pela sua emancipação nacional e social.

Pela sua própria experiência, os comunistas e o Povo português sabem bem como é difícil, complexo e recheado de sacrifícios o caminho da libertação. O imperialismo e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, nas suas tentativas para deter o avanço do processo revolucionário — de que a revolução etíope é uma importante expressão — desencadeou uma frenética corrida aos armamentos e intensificou a sua política de pressões, ingerências, agressões e intervenção militar directa nos assuntos internos dos povos de numerosos países e regiões do mundo, como a América Central, no Médio-Oriente e Norte de África, na África Austral, no Sudeste

Asiático, no Extremo-Oriente, com cujos povos somos inteiramente solidários. No Corno de África a Etiópia continua na mira do imperialismo que procura cercá-la de bases militares agressivas e prossegue as acções de desestabilização, provocação e agressão ao longo das suas fronteiras.

Ao expressar-vos a nossa solidariedade e apoio expressamos simultaneamente a nossa inteira confiança em que, reforçando a sua coesão e unidade de acção, as grandes forças determinantes da evolução social na época contemporânea — a URSS e os países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional — derrotarão os planos agressivos do imperialismo, defenderão a paz, assegurarão o avanço da humanidade pelo caminho da independência, da democracia, do progresso social e do socialismo.

Queridos Camaradas

O ano de 1974 é também um ano histórico para o vosso povo. Com a revolução de 25 de Abril de 1974 o Povo português pôs finalmente fim a quase 50 anos de ditadura fascista, deu uma importante contribuição para que os povos submetidos ao jugo colonial português conquistassem a sua independência, destruiu o domínio dos monopólios e dos latifundiários empreendendo profundas transformações económicas e sociais — nacionalizações, reforma agrária, controlo operário — que abriam a Portugal a perspectiva do socialismo.

Trata-se de conquistas obtidas em 1974 e 1975, sob o impulso de um poderoso movimento operário em aliança com os militares de Abril. Há já mais de 8 anos que as forças reacionárias internas e o imperialismo procuram destruir essas conquistas. O actual governo de coligação do Partido Socialista e do Partido Social Democrata prossegue e agrava a política antipopular e antinacional de sucessivos governos, mergulhando o país numa profunda crise económica, social e política.

Contudo a revolução portuguesa não só não foi destruída como continua viva nas realizações, na vontade e na luta dos trabalhadores e do Povo português. Amadurecem as con-

dições para a destituição do governo e para a formação de uma alternativa democrática e patriótica que assegure a defesa do regime democrático de que fazem parte integrante as conquistas da revolução de Abril. O Partido Comunista Português, que desempenha um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas da revolução, continua a reforçar as suas fileiras, a ampliar o seu prestígio e influência entre as massas, a afirmar-se como força indispensável e insubstituível na solução dos grandes problemas nacionais.

Queridos Camaradas

Entre o Povo português e o Povo etíope existem relações seculares de que os nossos dois povos guardam justificadamente boa recordação. Hoje, nas condições da nova Etiópia e do novo Portugal democrático, estas relações de amizade podem e devem desenvolver-se no interesse de ambos os povos e países e da causa do progresso social e da paz.

Ao longo destes últimos anos estabeleceram-se entre o COPE e o PCP estreitas relações de amizade, cooperação e solidariedade, baseadas na comunidade de interesses e aspirações cimentadas pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Ao desejar-vos os melhores sucessos na acção futura do Partido dos Trabalhadores da Etiópia expressamos-vos a nossa vontade de agir para o fortalecimento das relações fraternais entre os nossos dois Partidos.

- Viva o Congresso da Fundação do Partido dos Trabalhadores da Etiópia!
- Viva o 10.º aniversário da revolução etíope!
- Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido dos Trabalhadores da Etiópia!
- Viva o Internacionalismo Proletário!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 2.º 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Bako, 13 - 7050 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 693908 69615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem de 41 925 de Julho: 41 925

PCP

Declaração política do Comité Central do PCP

URGENTE DEMISSÃO DO GOVERNO SOARES/M. PINTO

Tarefa do povo, dever das instituições imperativo nacional

1. O Comité Central do Partido Comunista Português, em reunião plenária realizada no dia 15 de Setembro, examinou atentamente a acelerada degradação da situação nacional provocada pela política do Governo Soares/M. Pinto, cujo objectivo central e fundamental é a restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

2. A evolução da situação económica, social e política confirma dia a dia que, para alcançar este objectivo, o Governo Soares/M. Pinto, sem quaisquer escrúpulos, lançado no caminho da violação frontal da Constituição e da legalidade democrática, não hesita em condenar o povo à miséria e à fome, em liquidar o regime democrático e em sacrificar a independência nacional.

3. A análise da situação feita pelo CC confirma inteiramente a urgência da demissão do Governo PS/PSD.

4. A extrema urgência da demissão do Governo Soares/M. Pinto fundamenta-se nas seguintes e principais razões:

- 1.º** O brutal agravamento das condições de vida do povo português, que se tornaram completamente insuportáveis com a subida vertical do custo de vida, os despedimentos em massa, o desemprego, os salários em atraso, o preço inacessível da habitação e da saúde, os impostos ruinosos, e outras orientações, decisões e medidas do Governo — acompanhadas pela degradação do ensino e da cultura e pela vaga de corrupção e amoralidade.
- 2.º** As decisões e medidas inconstitucionais e ilegais (tomadas umas, anunciadas outras) visando a liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária e de outras grandes conquistas democráticas alcançadas, como a legislação laboral, a lei dos baldios, a lei do arrendamento rural — processo que a continuar, não só provocará ainda mais profundos estragos na economia nacional e mais negra miséria, como conduzirá inevitavelmente a graves conflitos sociais e políticos.
- 3.º** O agravamento catastrófico da situação económica nacional que, a não ser rapidamente sustido, provocará uma tal desorganização e um tão monstruoso endividamento externo, uma tão profunda crise, que serão necessários muitos anos de dificuldades e sacrifícios para que Portugal supere a crise e retome o desenvolvimento e o progresso social.
- 4.º** Os sérios golpes que estão a ser assestados e outros que se preparam contra as liberdades, o Poder Local democrático, as instituições, o sistema eleitoral, medidas e golpes que, a prosseguirem, são o caminho da formação de um Estado totalitário, ameaçam a própria existência do regime democrático.
- 5.º** O processo de constituição de um Estado policial e novas medidas e projectos de governamentalização das Forças Armadas, que — com a proposta de lei de segurança interna, a lei do «serviço de informações», o projecto de lei orgânica do Ministério da Defesa e a readmissão dos militares fascistas afastados no 25 de Abril agora decidida pelo Governo — põem completamente a nu o estar em curso um plano subversivo e golpista que visa impor pela força a política inconstitucional, antipopular, antidemocrática e antinacional que o povo rejeita.
- 6.º** As crescentes concessões ao imperialismo (nomeadamente ao imperialismo norte-americano) nos domínios económico, financeiro, diplomático, político e militar, que estão submetendo Portugal ao estrangeiro e que, a não ser rapidamente arrepiado caminho, põem em risco sério a independência e a segurança nacionais.

5. Além destas desastrosas e ameaçadoras consequências fundamentais da continuação do Governo M. Soares/M. Pinto, o Comité Central alerta contra tentativas variadas que o Governo pode vir a fazer para dificultar uma alternativa:

- manobras demagógicas com a utilização dos dinheiros públicos susceptíveis de enganar camadas menos esclarecidas da população;
- campanhas de desinformação e provocação monopolizando e manipulando os meios de comunicação social estatizados;
- novas leis relativas aos direitos políticos e ao processo eleitoral, que, a entrarem em vigor, podem transformar as eleições em mascaradas, nas quais, como no tempo do fascismo, as forças do Governo, mesmo que batidas em votos, poderiam conservar a maioria dos deputados.

6. Apontando as desastrosas consequências e os perigos da continuação do Governo, o Comité Central salienta ao mesmo tempo que o momento actual — pelo completo fracasso do Governo à luz de critérios nacionais, pelo seu completo descrédito, pelas suas contradições internas, pela redução radical da sua base de apoio, pela vastíssima frente social e política que se lhe opõe — é particularmente favorável para a sua demissão.

Com estes fundamentos, o Comité Central conclui que a demissão urgente do Governo Soares/M. Pinto é uma tarefa do povo, um dever das instituições e um imperativo nacional.

7. Daqui conclui também o Comité Central que seria um gravíssimo erro de cálculo fazer depender a demissão do Governo das eleições presidenciais de 1985 — nas quais a vitória democrática seria aliás extraordinariamente mais difícil, se até lá continuasse o Governo PS/PSD.

Os democratas e patriotas têm de preparar-se para as eleições presidenciais. Têm de convergir os seus apoios e os seus votos num candidato capaz de derrotar os candidatos da reacção (incluindo M. Soares) e vencer as eleições. Têm de compreender que, para atingir este objectivo, precipitações, corridas às candidaturas, factos consumados serão obstáculos à convergência dos votos democráticos e podem assim comprometer a vitória. Têm de compreender que é indispensável, se não um acordo explícito, pelo menos um consenso verificado — incluindo o PCP, uma vez que os votos dos comunistas são indispensáveis para assegurar a vitória de um candidato da Democracia.

Salientando estes aspectos que importa considerar para assegurar a vitória democrática nas eleições presidenciais, o Comité Central insiste em que a preparação das eleições presidenciais não é a tarefa principal da hora presente.

A tarefa principal, central, decisiva da hora presente é a demissão do Governo e uma alternativa democrática.

8. O Comité Central confirma que não só existe uma política alternativa, como estão criadas as condições objectivas essenciais para uma alternativa política.

Política alternativa que ponha termo ao processo contra-revolucionário e que, no respeito da Constituição e da legalidade democrática, mobilize e dinamize os recursos, capacidades e potencialidades nacionais para superar a crise e resolver os graves problemas existentes.

Alternativa política no seguimento do funcionamento democrático das instituições e dos seus mecanismos, com a formação de um Governo democrático e patriótico contando com o activo apoio da maioria esmagadora do povo português.

9. Com vistas a atingir os objectivos da luta social e política no actual momento — e confirmando, precisando e desenvolvendo orientações anteriormente aprovadas — o Comité Central indica quatro direcções fundamentais da acção do Partido, das suas organizações e militantes, no futuro próximo imediato:

- 1.º** A luta de massas em todas as frentes, em grandes e pequenas acções, com objectivos concretos imediatos relativos a todos os problemas nacionais, resistindo ao «pacote laboral» e a todas as decisões e medidas antipopulares, antidemocráticas e antinacionais do Governo e fazendo confluír todas as torrentes de luta com objectivos concretos no objectivo político fundamental da hora presente: a demissão do Governo Soares/M. Pinto no mais curto prazo possível.
- 2.º** A unidade e a acção comum ou convergente dos trabalhadores, das classes e camadas sociais antimonopolistas, de todos os democratas e patriotas, com particular relevo para a unidade nos sindicatos e demais organizações de massas, e para iniciativas e acções políticas comuns ou convergentes de todas as forças e sectores que se pronunciem por uma alternativa democrática.
- 3.º** A luta pelo funcionamento democrático das instituições intensificando a acção na Assembleia da República e junto de outros órgãos de soberania, recorrendo aos tribunais, dinamizando mais ainda o Poder Local democrático, lutando firmemente em todas as situações concretas pelo respeito da Constituição e a legalidade democrática, e resistindo a quaisquer actuações ilegais e de abuso do poder.
- 4.º** O reforço do Partido em todos os aspectos essenciais da sua actividade, designadamente o reforço orgânico (com o prosseguimento da campanha de mais 10 000 novos membros e da campanha de dinamização das células de empresa); o reforço da propaganda e da acção ideológica (com resposta pronta e esclarecedora aos acontecimentos e às campanhas e manobras de diversão anticomunistas e de intoxicação da opinião pública); o reforço da militância (com a dinamização das organizações e membros do Partido para tarefas e acções concretas). A Festa do «Avante!», pela grandiosidade da sua realização, pela massiva afluência e pela extraordinária militância revelada, evidencia, não só a enorme força presente do Partido como a possibilidade do seu ainda maior e rápido reforço.

Tendo embora em conta as tarefas atribuídas a cada organização e militante, e a divisão de trabalho indispensável, cabe a todas as organizações e militantes desenvolver simultaneamente a sua acção nestas quatro direcções fundamentais.

Estas quatro direcções fundamentais da acção do Partido são inseparáveis e complementares.

10. O Comité Central sublinha que, para o desenvolvimento da acção do Partido, é da máxima importância que todas as organizações e militantes superem quaisquer manifestações de sectarismo e estejam sempre abertos ao diálogo e ao entendimento com vistas a assegurar a mais vasta e diversificada participação nas lutas, acções e iniciativas.

11. Confirmando que a situação é extraordinariamente difícil, complexa e perigosa, o Comité Central confirma também ao mesmo tempo que a análise objectiva da situação permite afirmar que a Democracia mantém-se mais forte que a reacção e que a luta continua com profunda confiança em que Portugal de Abril vencerá.

15 de Setembro de 1984

O Comité Central
do Partido Comunista Português

da APU nos Açores e na Madeira

prestância

Quando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres? — pergunta José Neto, que respondeu assim:

«Não começam as pessoas a compreender que o Governo Regional pretende continuar a gastar sem se preocupar em pagar, acumulando dívidas a fornecedores e empreiteiros que por sua vez não pagam aos trabalhadores?»

«Não começam as pessoas a compreender que somos todos nós quem subsidia a política do Governo Regional e que a nossa Região não poderá sobreviver se pouco ou nada produzir e tiver de importar quase tudo o que consome?»

«É ou não verdade que o Partido Socialista na Região convence cada vez menos gente de que a sua intenção não é apenas alcançar pastas e lugares do Governo Regional quando faz oposição (bem compreendida) a este mesmo Governo, ao mesmo tempo que se alia ao PPD em Câmaras e Assembleias Municipais da Região e apoia a política do governo Mário Soares Mota Pinto (PS e PPD) contra os interesses dos trabalhadores e do País?»

«É ou não verdade que a política regional, apesar de todos os seus escritos e discursos de toda a inflamação e "revolucionarismo" (quantas vezes para atacar o PCP e a APU) continua a ser incapaz de esconder a divisão e confusão

que tem causado entre tantos trabalhadores sérios e honestos, e começa a perder o crédito, como de resto o perdeu totalmente a nível nacional?»

«E como acreditar na seriedade e coerência da oposição do CDS quando este partido, nos vários governos em que esteve, aliado ao PS, primeiro, e depois nos governos da AD sempre interveio activamente no plano subversivo e golpista das instituições e do regime democrático (desde a tentativa de eleição de Soares Carneiro, em 1980, à ofensiva contra a Constituição em 1982)?»

«Estou convencido de que concordareis que é verdade tudo isto e o muito mais que ficou por dizer. «No entanto seria errado concluir que por aquelas razões estão criadas as condições para uma profunda alteração do sentido do voto das pessoas. Estão criadas é certo, algumas condições objectivas — os trabalhadores e populações não estão satisfeitos com esta política que nos faz viver cada vez pior, começam a descer nos partidos que nos (des)governam.»

«Mas as condições subjectivas, ou seja, a compreensão para a necessidade de transformações profundas, e as formas de as alcançar, bem como, da nossa parte, a capacidade de influenciar decisivamente nesse sentido, essas condições estão ainda atrasadas devido a múltiplos factores.»

«Todos conhecemos o atraso cultural, o analfabetismo, a falta de informação, o fraco desenvolvimento económico e social que condicionam uma escolha verdadeiramente livre das opções a fazer.»

«Todos conhecemos o domínio descarado pelo PSD da comunicação social, a manipulação grosseira, a deturpação, as ameaças, as pressões e chantagens de toda a ordem, as discriminações sobre os democratas e as pessoas progressistas.»

«Mas, todos conhecemos também que é cada dia maior o número daqueles que apoiam o PCP e a APU, que aprovam as nossas posições e propostas.»

«Alarga-se a convicção de que a eleição de mais deputados comunistas é fundamental para que se processem alterações positivas no funcionamento da Assembleia Regional e para uma mudança significativa na política a definir naquele órgão.»

«Temos consciência de que não alcançamos posições de decisão pois é ainda fraca a nossa posição ao nível institucional.»

que tem causado entre tantos trabalhadores sérios e honestos, e começa a perder o crédito, como de resto o perdeu totalmente a nível nacional?»

«E como acreditar na seriedade e coerência da oposição do CDS quando este partido, nos vários governos em que esteve, aliado ao PS, primeiro, e depois nos governos da AD sempre interveio activamente no plano subversivo e golpista das instituições e do regime democrático (desde a tentativa de eleição de Soares Carneiro, em 1980, à ofensiva contra a Constituição em 1982)?»

«Estou convencido de que concordareis que é verdade tudo isto e o muito mais que ficou por dizer. «No entanto seria errado concluir que por aquelas razões estão criadas as condições para uma profunda alteração do sentido do voto das pessoas. Estão criadas é certo, algumas condições objectivas — os trabalhadores e populações não estão satisfeitos com esta política que nos faz viver cada vez pior, começam a descer nos partidos que nos (des)governam.»

«Mas as condições subjectivas, ou seja, a compreensão para a necessidade de transformações profundas, e as formas de as alcançar, bem como, da nossa parte, a capacidade de influenciar decisivamente nesse sentido, essas condições estão ainda atrasadas devido a múltiplos factores.»

«Todos conhecemos o atraso cultural, o analfabetismo, a falta de informação, o fraco desenvolvimento económico e social que condicionam uma escolha verdadeiramente livre das opções a fazer.»

«Todos conhecemos o domínio descarado pelo PSD da comunicação social, a manipulação grosseira, a deturpação, as ameaças, as pressões e chantagens de toda a ordem, as discriminações sobre os democratas e as pessoas progressistas.»

«Mas, todos conhecemos também que é cada dia maior o número daqueles que apoiam o PCP e a APU, que aprovam as nossas posições e propostas.»

«Alarga-se a convicção de que a eleição de mais deputados comunistas é fundamental para que se processem alterações positivas no funcionamento da Assembleia Regional e para uma mudança significativa na política a definir naquele órgão.»

«Temos consciência de que não alcançamos posições de decisão pois é ainda fraca a nossa posição ao nível institucional.»

«Temos consciência de que não alcançamos posições de decisão pois é ainda fraca a nossa posição ao nível institucional.»

«Mas estamos convencidos de que as propostas concretas que temos apresentado, ao longo dos anos, são as correctas e justas para a resolução dos problemas e aspirações das

de começar, afirmam que durante esta viagem fluvial de cerca de cinco horas muitas surpresas acontecerão.

Do que já foi divulgado, pode-se sem sombra de dúvida afirmar que esta será mais uma grande iniciativa da JCP. Que será uma iniciativa alegre e dinâmica. Lá teremos os espectáculos, o vídeo, o Rádio Juvenil e alguns debates. Mas como passar cinco horas num barco não é coisa que se faça sem comer nem beber, também funcionará um serviço de bar.

No entanto, para quem quiser mais informações, o melhor mesmo é dirigir-se à sede da JCP, na Rua Sousa Martins, n.º 8, em Lisboa. Lá encontrarão também bilhetes à venda.



Encontro Regional da APU Madeira - Funchal setembro 1984

a verdade a honestidade a coerência

APU POVO UNIDO

para a vida melhor, para a resolução dos problemas económicos da Região — prosseguiu José Neto, que sublinhou depois:

«Do que se trata, neste momento é de ultrapassar rapidamente dúvidas e hesitações, de encontrar na justiça da nossa linha política e dos nossos objectivos, independentemente de os alcançarmos ou não, a confiança necessária para não abrandar a luta.»

«Do que se trata é de avançarmos para o esclarecimento, pessoa a pessoa, no local onde trabalhamos, no sítio ou bairro onde moramos, de que o voto na APU não é perdido, ao contrário, é um voto seguro e útil ao reforço da democracia e ao progresso.»

O campeão da «luta contra o sistema»... Cabendo-lhe a intervenção de encerramento do Encontro Regional, o camarada Luís Sá, membro suplente do Comité Central, afirmaria a dado passo:

«O Presidente do Governo Regional da Madeira pretende apresentar-se como o campeão daquilo a que chama "a luta contra o sistema". Mas lutar contra o sistema para o Dr. Alberto João não é lutar contra a alta do custo de vida, os salários em atraso, as falsas licenças, a baixa de produção, a crescente dependência do estrangeiro. Muito menos é lutar contra a limitação das liberdades, a chamada lei de Segurança Interna, a criação de serviços de bufaria, (os chamados serviços de informação), a limitação das liberdades sindicais e dos trabalhadores, a projectada revisão antidemocrática do sistema eleitoral, a manipulação da comunicação social. "Lutar contra o sistema", para o PPD, não é também combater a corrupção e a burocracia que campeiam em toda a Administração, a começar pelos mais altos níveis. De tudo isso há bastante na Região sob a batuta do PPD, mais, até, em alguns aspectos, do que no continente.»

E acrescentou Luís Sá: «O que o Dr. Alberto João Jardim e o PPD pretende referir com a «luta contra o sistema» é exclusivamente o objectivo de levar mais longe e até às últimas consequências a ofen-

siva contra o regime democrático, contra as instituições democráticas, contra o 25 de Abril.

A Madeira já não lhe chega, o pasquim fascista "O Diabo" e uma ala do PPD já vão falando da candidatura à Presidência da República do actual Presidente do Governo Regional.»

Batalha difícil Mais diante, declarou: «Por isso, nas próximas eleições regionais, a APU não vai apenas lutar pela resolução dos problemas regionais, pela liberdade e democracia na Região. Vai também contribuir para a defesa do regime democrático e «lutar contra o sistema», da responsabilidade de sucessivos governos de direita, de limitação das liberdades, agravamento das condições de vida das populações, servil dependência ao estrangeiro. Vai lutar, enfim, contra o sistema de que o Dr. Alberto João Jardim é um fiel e destacado, embora ridículo e desajeitado defensor.

«Simultaneamente, vai lutar para que o regime democrático, o regime criado pelo 25 de Abril, o sistema que a Constituição consagra e o PPD e PS têm desvirtuado e traído, sejam defendidos. Na verdade, as dificuldades do nosso País e da Região não resultam do 25 de Abril, não resultam das liberdades e das instituições democráticas, não resultam das nacionalizações e da Reforma Agrária, não resultam da autonomia das Regiões Autónomas e do Poder Local. Pelo contrário, resultam de há oito anos a esta parte, quer no País, quer na Região, se terem sucedido governos com o PPD, o PS e o CDS, apostados em maior ou menor grau em destruir a democracia e as suas conquistas e não em defendê-las e aprofundá-las.»

E concluiu: «A batalha é difícil, será travada em condições antidemocráticas. Mas enfraquecer o PPD e a direita e os seus cúmplices do PS e o esquerdismo divisionista e sem perspectivas e reforçar a APU é contribuir para impedir o regresso a um regime autoritário de cariz fascista, derrotar a ofensiva contra o Portugal de Abril, defender as liberdades e a democracia e colocar a autonomia regional ao serviço do povo da Madeira.»

Candidatos do «Povo Unido» - homens e mulheres com prestígio

(...) São homens e mulheres conhecidos, prestigiados nas suas profissões e nas zonas onde residem. O seu prestígio e aceitação pela população é um bom indicador de que as listas de que fazem parte poderão merecer a confiança do eleitorado.

A média de idade é de 38 anos sendo muito elevado o número de jovens que aceitaram integrar as nossas listas.

O número de mulheres é de 24 (22%) o que, não sendo ainda satisfatório, denota o esforço feito para que a uma participação decisiva das mulheres na vida

económica e social corresponda uma participação política que queremos cada vez mais consciente.

A média de candidatos da APU sem qualquer filiação partidária é de 26% em toda a Região e de 28% no concelho do Funchal. Consideramos esta média significativa mas ainda insuficiente se atendermos às condições objectivas que existem e à necessidade de uma acção unitária cada vez mais alargada (...)

(da intervenção da DORAM do PCP no Encontro Regional da APU, apresentada pelo camarada José Neto, membro suplente do CC e responsável da DORAM)



Lutar pelo esclarecimento reforçar a APU nas 9 ilhas

O trabalho com vista às eleições regionais de Outubro foi o tema central do recente Encontro da Aliança Povo Unido, em S. Miguel, Açores.

Este Encontro de âmbito regional decorreu no passado dia 15, na Escola Primária da Mãe de Deus, na cidade de Ponta Delgada, com a participação de candidatos e activistas da APU empenhados no processo eleitoral.

Além dos cabeças de lista e de outros destacados elementos das listas APU na Região, estiveram presentes nesta iniciativa dirigentes nacionais do PCP e do MDP, respectivamente, Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Partido, e João Corregedor da Fonseca, deputado e membro da direcção do MDP/CDE.

A intervenção de encerramento deste Encontro — no qual foi aprovado o programa eleitoral regional da Aliança Povo Unido — coube ao camarada José Decq Mota, cabeça de lista por S. Miguel e membro suplente do Comité Central do PCP, que abordou questões centrais da organização e desenvolvimento da campanha eleitoral da APU no arquipélago.



Das intervenções proferidas no encontro, salienta-se uma conclusão fundamental: os democratas estão vivamente em-

penhados, com o seu esforço e a sua iniciativa, numa ampla acção de esclarecimento da opinião pública, surgindo assim a perspectiva de reforço das posições da APU nas nove ilhas da Região: S. Miguel, Terceira, Faial, Plo, S. Jorge, Santa Maria, Flores, Corvo e Graciosa.

O encontro aprovou ainda um conjunto de ideias-chave dos programas eleitorais para cada círculo, uma vez que, para além dos problemas gerais que se vivem actualmente na Região, existem os problemas específicos de cada ilha.

Programa eleitoral

O programa eleitoral da APU na Região Autónoma dos Açores — documento que espelha as grandes preocupações e tarefas que se colocam a corrente de opinião democrática e progressista no arquipélago —

define um conjunto de objectivos centrais da candidatura, salientando-se desde já a luta pela democratização do sistema autónimo e pelo desenvolvimento económico e social que corresponda à satisfação das necessidades das classes e camadas mais desfavorecidas, «que enfrente e resolva os grandes problemas regionais e assente claramente no princípio da solidariedade nacional».

Outras frentes de acção apontadas pela APU: desenvolvimento harmonioso e equilibrado das nove ilhas da Região, recusa às opções que visam proteger os interesses lucrativos de alguns grandes empresários, a independência do Poder Local face ao Governo Regional, a igualdade entre todos os trabalhadores portugueses (nomeadamente quanto a regalias e salários), uma política de paz negando firmemente a utilização das ilhas como postos avançados do imperialismo norte-americano e o estacionamento e trânsito de armas nucleares nos Açores; e ainda uma actividade persistente para que a Assembleia Regional dos Açores cumpra as suas funções constitucionais para que é incumbida: abordar e resolver os grandes problemas sentidos pelas populações e a Região.

Com confiança e espírito combativo, os comunistas, os membros do MDP/CDE, os democratas independentes e todos os activistas e simpatizantes da Aliança Povo Unido — enfrentando muitas vezes um clima de pressões antidemocráticas — avançam e prosseguem a luta política pelo esclarecimento popular, confirmando a perspectiva do reforço eleitoral da APU nas nove ilhas do arquipélago.

Logo for Açores and text: Por uma presença democrática na Assembleia Regional - 1984

Reunião plenária da DORAA O Partido cresce nos Açores

A situação política dos Açores em período pré-eleitoral foi analisada pela reunião plenária da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP que decorreu recentemente em Ponta Delgada.

Nesta reunião constatou-se que o Governo Regional PSD tem praticado o eleitoralismo mais baixo, promovendo continuas inaugurações, fazendo promessas e abrindo subsídios de última hora. A contrastar com esta política eleitoralista, a DORAA constatou «a política de fome e miséria do Governo da República e do Governo Regional».

Na reunião plenária foram

também analisadas as diversas candidaturas à Assembleia Regional, nomeadamente as da APU.

No debate sobre a situação interna do Partido nos Açores, a DORAA constatou «serem positivos os passos dados até ao momento» no sentido do reforço e do alargamento do Partido nesta região autónoma.

A DORAA tem como meta, até ao final do ano, o recrutamento de mais cento e cinquenta novos militantes para o Partido. Esta meta regional, englobada na campanha de mais dez mil novos membros para o Partido, já foi cumprida em cinquenta por cento em apenas três meses. Segundo a

DORAA, estes números funcionam «como indicador do êxito que será a campanha».

No final da reunião plenária, os membros da DORAA do PCP sublinharam que «apesar do feroz anticomunismo existente, o Partido continua a reforçar-se e a confirmar-se como uma força necessária, indispensável e insubstituível para a solução dos grandes problemas da região, para a defesa e aprofundamento da autonomia ao serviço das populações».

Santa Justa também vai estar em festa

No Couço, concelho de Coruche, vai haver festa por ocasião das colheitas. A iniciativa é da Comissão Local do PCP de Santa Justa e decorrerá nos próximos dias 6 e 7 de Outubro.

A «Festa das Colheitas» encerrará no domingo, dia 7, com um comício. Antes disso será tempo para os bailes, o folclore e a música popular. Todos aqueles que sejam amantes do desporto terão também uma mão cheia de boas razões para ir à Santa Justa, uma vez que o desporto também será rei nesta «Festa das Colheitas».

Mas uma boa festa sem aquelas boas doses de petiscos não é festa. Os camaradas de Santa Justa não o esqueceram e prometem servir muitos e bons.

É já nos dias 6 e 7 de Outubro que Santa Justa vai estar em festa por iniciativa da comissão local do Partido Comunista Português.

Logo for Sorefame and text: Plenário na Sorefame

As principais questões de actualidade política, a situação social, a situação na empresa e, finalmente, a campanha em curso para a compra do Vitéria serão os temas em foco no plenário da célula dos trabalhadores comunistas da Sorefame (Amadora), que decorrerá hoje, 5.ª feira, a partir das 18 horas, na empresa.

Participará neste plenário o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

II Assembleia em Vila da Feira

No próximo dia 29 realiza-se nas instalações da Escola Preparatória de Vila da Feira a II Assembleia da Organização concelhia do PCP. Participarão os camaradas do Comité Central, Jaime Serra e Vidal Pinto, o primeiro membro efectivo e o segundo membro suplente da Comissão Política.

Neste momento decorrem nos vários organismos reuniões para discussão do relatório da Comissão Concelhia e para eleição dos delegados.

Esta II Assembleia da Organização de Vila da Feira constituirá — manifestam-se convictos os camaradas — um marco fundamental para o alargamento e reforço do trabalho do Partido naquele concelho.

vente sobe o Tejo são

No âmbito da preparação e divulgação do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, as organizações da área de Lisboa da JCP promovem um cruzeiro juvenil pelo Tejo, que se realiza já este sábado.

O cruzeiro partirá do Terreiro do Paço, mais propriamente da Estação Sul-Sueste, em direcção à Vila Franca de Xira, voltando depois pelo mesmo caminho. Com partida prevista para as 14 horas, todos os jovens que o quiserem terão a oportunidade de passar cinco horas de intenso convívio, no enquadramento de uma linda paisagem fluvial.

Os jovens comunistas, apostados em fazer do seu 2.º Congresso um êxito mesmo antes

Na festa! Uma ausência e uma promessa

Foi com natural tristeza que no domingo, 9 de Setembro, houve que anunciar no Palco «25 de Abril» da Festa do «Avante!» a ausência de uma cantora cuja presença em Lisboa despertara grande expectativa: a intérprete norte-americana Holly Near.

Fora por telegrama que tomáramos conhecimento de que Holly Near (que se encontrava na Europa e terminaria a sua *tournee* em Lisboa, na Festa) tivera que regressar de urgência aos EUA por motivos de saúde.

Com o profissionalismo natural de quem orgulhosamente se intitula uma **trabalhadora da cultura** e as palavras fraternas de uma mulher politicamente empenhada, recebemos a semana passada, completando a troca anterior de telegramas, a carta e atestado médico que reproduzimos.

Tal como Holly Near, estamos certos de uma coisa: ouvi-la-emos em Lisboa.



Como levantar a serigrafia de Mariano

Conforme foi anunciado no último número do suplemento «A Festa», que durante quase dois meses o «Avante!» dedicou à divulgação da Festa, os compradores da serigrafia de Mariano Rodriguez que tenham efectuado a sua inscrição podem proceder ao levantamento do exemplar que lhes foi atribuído.

O levantamento da serigrafia pode ser feito directamente na Redacção do «Avante!» — Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa — mediante a entrega dos dois mil escudos que, com a quantia que acompanhou a inscrição, completa o preço de 2500\$00 atribuído à obra impressa em Cuba especialmente para a nossa Festa deste ano. Para os subscritores de fora de Lisboa, o seu exemplar pode ser enviado pelo Correio. Quem assim desejar receber a serigrafia, deverá enviar para a Redacção do «Avante!» a referida quantia de 2000\$00 acrescida de 130\$00 para despesas de portes, registo e embala-

gem (a serigrafia será embalada num tubo de cartão rígido que inteiramente a protege).

O levantamento ou pedido de envio pelo Correio podem ser efectuados até 15 de Outubro. Após essa data, os exemplares não levantados serão enviados à cobrança para as moradas dos subscritores.

Restam alguns exemplares

Entretanto, há ainda possibilidade de adquirir os poucos exemplares que restam e que podem ser procurados na Redacção do «Avante!» ou nos Centros de Trabalho Vitória, em Lisboa, ou da Boavista, no Porto. No primeiro caso, o exemplar poderá ser entregue imediatamente: para as aquisições nos Centros de Trabalho citados será necessário que o comprador indique a forma como quer proceder ao levantamento, sendo igualmente possível o envio pelos CTT nos moldes já indicados.

Poder local

Barreiro

Onde se prova que o Governo nem a inaugurar é competente

Há cerca de um mês (concretamente entre 11 e 19 de Agosto de 1984, como oportunamente noticiámos) realizaram-se as 1.ªs Festas do Barreiro desde a sua elevação à categoria de cidade. A esmagadora maioria dos órgãos de Comunicação Social diária, semanal e regional e a Rádio salientaram e deram relevo a este acontecimento. Mas a televisão não esteve lá — como denunciou a Câmara Municipal do Barreiro — apesar de expressamente convidada.

Isto, sublinhe-se, em relação a um concelho que é dos mais importantes centros industriais do País, em cuja área residem cerca de 100 000 pessoas...

O comportamento da televisão — empresa pública que o Governo controla e manipula totalmente em função dos seus interesses tanto «governamentais» como políticos-partidários — veio apenas coroar a lógica de um executivo que tem desenvolvido em todos os domínios uma política anti-popular, como de resto salienta um comunicado da Câmara Municipal do Barreiro, que recorda que o Governo «no que diz respeito ao Poder Local tem

sonogado às Autarquias verbas avultadas (mais de um milhão de contos desde 1979 só no Barreiro), não tem cumprido com as responsabilidades que a legislação lhe confere, como é o caso da construção de equipamentos sociais (creches, jardins de infância, escolas, lares, etc)».

Considerando que «só com um novo governo e uma nova política será possível resolver os graves problemas da população e do concelho», a CMB en-

tende todavia que há algumas obras em curso no concelho cuja conclusão virá melhorar as condições de vida da população e, como tal, há que desenvolver todos os esforços junto dos responsáveis do poder central para que entrem em funcionamento.

É o caso, por exemplo, da via rápida — legítima aspiração da população e dos agentes económicos do concelho, que as Autarquias souberam encaminhar e fazer construir. Portanto a estrada está feita. Por que não abre? Tanto quanto a CMB sabe, o Governo adiou a decisão de construir a passagem superior para peões entre a zona do Pão de Açúcar e o complexo desportivo da Quimigal, não concretizando o financiamento das obras de regularização da vala das Ratas à Quinta da Várzea, com custos de mais de 11 000 contos, ver-

ba cuja atribuição foi **decidida** há mais de seis meses... E com isto uma via rápida **já concluída** e de urgente abertura continua... fechada!

Como é ainda o caso do novo hospital, de construção e equipamento da responsabilidade governamental, tendo a Câmara a seu cargo a construção das infra-estruturas e espaços envolventes. O que se verifica, neste momento? Acontece que o que é da responsabilidade da Autarquia está pronto, enquanto o que é da responsabilidade do Governo, embora pronto quanto à construção, aguarda **inauguração** para assim poder começar a servir a população do Barreiro!

Há mais exemplos, mas estes chegam para iluminar a obscura ausência da RTP nas festas de uma cidade de 100 000 habitantes e a indiferença de um Governo que nem sequer a inauguração é competente.

VIA PORTUGAL

5 Set 84 19 05 LISBOA

ZCZC LS4533 0LB411 VIA ITT GRAD54

PCL5 CO U89N 038 OAKLAND CA TDD 38/37 5 1247

RUA SOEIRO GOMES 1699 LISBON CODEX LISBON

HOLLY NEAR WILL CONTACT YOU WITH ARRIVAL INFORMATION PERFORMING ON SEPT. 9 ARRIVAL PROBABLY EVENING OF THE 8TH, UNABLE TO REACH YOU BY PHONE, BEST '84'S, JOANNIE SHOEMAKER

COL 1699 SEPT. 9 8TH.

Holly Near contactar-vos-á sobre informações quanto à chegada para actuação a 9 de Setembro chegada provável na noite de 8. Impossível contactar-vos por telefone. Melhores votos. a) Joannie Shoemaker.

VIA PORTUGAL

MARCONI 5 Set 84 18 33 LISBOA

ZCZC LS4700 0LB540 VIA ITT GRAD13

PCL5 CO U89N 048 OAKLAND CA TDD 48 6 1296

RUA SOEIRO GOMES 1699 LISBON CODEX LISBON

DEAR [REDACTED]

WE ARE VERY VERY SORRY TO CANCEL HOLLY NEAR'S APPEARANCE SHE HAS HURT HER BACK FROM OLD PROBLEMS IS UNABLE TO WALK, WE HOPE TO RETURN TO PORTUGAL AT A LATER DATE, MOST SINCERELY, JOANNIE SHOEMAKER

Lamentamos muitíssimo cancelar apresentação de Holly Near. Impossibilidade de andar por dores nas costas derivadas de velhos problemas. Esperamos voltar a Portugal mais tarde. Sinceramente a) Joannie Shoemaker.

REDWOOD RECORDS

September 9, 1984

Rua Soeiro Gomes 1699 Lisbon Codex Lisbon, Portugal

I feel terrible about what has happened. I never cancel concerts! I had tried to call you for 30 days from Denmark and Germany to assure you I was coming. We were in route to Lisbon via Paris when I had a serious back injury and I could not walk. I am so disappointed because I looked forward to singing in Lisbon. It is very hard to reach you by phone. I wanted to say this to you personally, but there is never an answer or your phone is busy. I am very sorry and hope we can try again in the future.

Very sincerely,
Holly Near
Holly Near

P.S. [REDACTED] I tried to call Holly's message in to you for several days but also couldn't reach you. We are very disappointed about the concert, but she is very sick. We don't know how long this back problem will take to really correct but I've enclosed the doctors' statements. We do hope to arranged a future concert with you that can go well for us all. We of course are very sorry for the last minute cancellation—we did not anticipate these problems.

With best wishes,
Joannie Shoemaker

Sinto-me muito mal com o que aconteceu. Nunca cancelo concertos! Tentei contactar-vos ao longo de dez dias da Dinamarca e da Alemanha para vos garantir que iria. Estávamos a caminho de Lisboa via Paris quando tive um grave problema nas costas que me impediu de andar. Estou profundamente desapontada porque desejava cantar em Lisboa. É difícil contactar-vos por telefone. Quis dizer-vos tudo isto pessoalmente, mas os telefones ou não respondiam ou estavam ocupados. Tenho muita pena e espero que possamos tentar de novo no futuro. Muito sinceramente a) Holly Near.

P.S. (...) tentei transmitir-vos a mensagem de Holly ao longo de vários dias, mas não conseguí encontrar-vos. Estamos profundamente desapontadas quanto ao concerto, mas ela está bastante doente. Não sei quanto tempo este problema das costas demorará a resolver-se efectivamente, mas junto um atestado médico. Espero que possamos combinar convosco um futuro concerto bom para todos nós. Naturalmente que lamentamos profundamente este cancelamento de última hora — são os problemas que se não podem prever. Com os melhores votos a) Joannie Shoemaker.

Dr. Ellen L. Bialo 125 West 72nd Street, New York, N.Y. 10023 (212) 496-7246
Chiropractor

TO WHOM IT MAY CONCERN:

Performer Holly Near was on a concert tour in Europe, when she injured her back. It was so debilitating she had to cancel her performance in Lisbon, Portugal, return to New York several days early to seek medical care, and send her band back to the USA early.

The medical findings show Lumbosacral dysarthria with concomitant sciatic involvement. She will need medical treatment for an undetermined period.

September 7, 1984

Ellen Bialo DC

A quem possa interessar.
A cantora Holly Near encontrava-se em digressão artística na Europa quando adoeceu de doença nas costas. Encontrava-se tão debilitada que foi forçada a cancelar a sua actuação em Lisboa, Portugal, regressando a Nova Iorque vários dias mais cedo para receber cuidados médicos, enviando os seus acompanhantes para os EUA mais cedo.
O diagnóstico acusa artrose lombo-sagrada com concomitantes reflexos ciáticos. Necessita tratamento médico por um período indeterminado. 7 de Setembro de 1984 a) Ellen Bialo.



Very sincerely,
Holly Near
Holly Near

Novidades

Lénine BIOGRAFIA

Política Energética para Portugal

Trabalhar e construir a vida como Lénine é o ideal mais elevado do homem da nossa época.
Preço de lançamento: 650\$00

A recuperação económica do País só é possível com uma política de independência nacional e de aproveitamento dos recursos internos ao serviço dos interesses do povo e de Portugal. Nesta perspectiva, a atenção dada à questão da política energética justifica-se plenamente, quer pela grandeza e natureza estrutural do défice energético do nosso país quer porque a situação energética (designação no âmbito da dependência externa e do aproveitamento dos recursos nacionais) tem vindo a degradar-se nos últimos anos, em consonância, aliás, com a degradação da situação económica e social, e como resultado inevitável da política global que tem sido prosseguida. A publicação do presente livro reveste-se, assim, da maior oportunidade.
Preço: 350\$00

Évora reage às «novas competências»

Como decorre neste momento a transferência do Poder Central para o Poder Local de novas tarefas na área do Ensino, nomeadamente os transportes escolares, a Câmara Municipal de Évora convidou as Juntas de Freguesia e as comissões de moradores do Concelho para uma reunião cujo objectivo foi a análise e tomada de posição sobre o funcionamento dos transportes escolares no próximo ano lectivo, assim como de outras carências de que enferma o sistema de ensino oficial.

Nessa reunião, realizada no passado dia 12 de Setembro, a Câmara informou os participantes sobre uma reunião havida dias antes (a seis de Setembro) das Câmaras do distrito com a secretária de Estado da Educação, onde as Autarquias colocaram frontalmente «o facto de o montante previsto pelo Governo para fazer face aos transportes escolares em cada município é manifestamente insuficiente face aos custos que os próprios documentos elaborados pelo Ministério apontam como necessários», sendo ainda focado o facto de a Caixa Geral de Depósitos — entidade que, em princípio, financiará as Autarquias relativamente aos transportes escolares — desconhecer até à data como se vai proceder nesta questão, isto a 20 dias da abertura do novo ano lectivo. A secretária de Estado não deu resposta a estas questões... E quando lhe foi perguntado quem financiava as cantinas escolares e outros auxílios aos alunos, como o material escolar, a secretária de Estado, perante a evidência de que as Autarquias não podem fazê-lo sem regulamentação e meios financeiros, comprometeu-se de que seria o Ministério a financiar até Dezembro estas rubricas.

Para além destes aspectos, a reunião da Câmara Municipal de Évora com as Juntas de Freguesia e as Comissões de Moradores constatou ainda que «existem inúmeras carências na área do ensino, nomeadamente a necessidade de construção de 15 novas salas de aula para o ensino primário, o mau funcionamento das cantinas escolares onde, no sector primário, no ano transacto, a maioria das cantinas esteve encerrada pelo facto de os critérios de acesso aos refeitórios eliminarem a quase totalidade dos alunos efectivamente carenciados, a necessidade de pessoal auxiliar para jardins

de infância onde o Ministério da Educação há mais de um ano não abre concurso de admissão de pessoal, o abandono a que o ministério votou os edifícios escolares, o que tem obrigado as autarquias — sem que isso seja da sua competência — a dispensarem milhares de contos para evitar que os edifícios se degradem completamente e as crianças tenham condições mínimas de trabalho».

Assim, foi considerado, na reunião, como «irresponsável a forma como o Governo está a tratar da questão das novas competências», que «eventuais rupturas do sistema de transportes ou de acção social escolar que venham a verificar-se no início do ano lectivo deverão ser imputadas ao Governo» e, finalmente, «que as Autarquias não poderão assumir novas tarefas na área do ensino sem que para isso seja publicada legislação e transferidos os meios financeiros para tal». Foi igualmente decidido o estudo da hipótese de uma vasta acção de esclarecimento junto das populações, de forma que estas tenham conhecimento da forma irresponsável como o Governo está a tratar estas questões.

«Festa do Ausente» em Mourão

«Considerando que o número de naturais do concelho de Mourão radicados fora do seu torrão é singificativo», que «todos eles estão ligados material e espiritualmente a todas as iniciativas e realidades do concelho» e, finalmente, «a indesejável importância social e regionalista que tem o facto de se poderem juntar na sua terra em franco convívio», o «Núcleo de Amigos do Concelho de Mourão leva a efeito no próximo fim-de-semana, dias 22 e 23 de Setembro, a Festa do Ausente, da qual constarão várias actividades culturais, recreativas e desportivas».

Eis, em resumo, o anúncio feito pelos Amigos de Mourão da «Festa do Ausente», que tem o patrocínio da Câmara Municipal de Mourão e o apoio da Assembleia Municipal/Serviços Sociais dos Trabalhadores da CMM e Casa do Alentejo, em Lisboa. O programa? É aliciante! Ora vejam: tem desporto (chinquilho-malha grande, hóquei em patins, atletismo — com provas infantis e estateta), desenho infantil, baile-convívio, piquenique na praia do Guadiana e espectáculos vários!

edições Avante!

Política Energética para Portugal

K. TCHERNENKO

...O nosso amor à paz tem um fundamento real: o povo soviético sofreu as calamidades dos bombardeamentos, sentiu a morte dos seus parentes e camaradas, conheceu privações nos longos anos de guerra, não pode conceber planos para desencadear um conflito mundial. Na URSS não existem classes e grupos sociais interessados na guerra, nos lucros da corrida aos armamentos. (da Introdução de K. U. Tchernenko à edição portuguesa)
Preço: 250\$00

Com uma imensa alegria
NOTAS AUTOBIOGRÁFICAS
Joaquim Pires Jorge

Conheça o PCP Pires Jorge: a vida de luta de um dirigente comunista.
Preço: 450\$00

Trabalhadores

Manifesto da Inter APELO À LUTA EM UNIDADE

Num apelo aos trabalhadores para que «lutem por todas as formas constitucionais ao seu alcance, pela defesa dos seus direitos e liberdades consagrados na legislação existente e na Constituição», o manifesto da Inter sobre a comemoração do seu 14.º aniversário em 1 de Outubro próximo, depois de referir-se ao crescimento da influência da CGTP-IN e designadamente ao prestígio inegável que a Central soube conquistar junto do movimento sindical em todo o mundo, assinala a degradação das condições de vida e de trabalho em Portugal e conclui o seu manifesto afirmando que «comemorar o 14.º aniversário da CGTP-IN é, ainda, lutar pela demissão deste Governo, com vista a pôr termo à política de ruína, de destruição das conquistas do 25 de Abril, de ataques às liberdades dos cidadãos e aos direitos dos trabalhadores».

O objectivo central e nacional que a Inter aponta nesta altura, como «condição indispensável a uma alternativa» política, tem expressão na «unidade e luta pela demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto». A CGTP-IN, que se dirige

também no seu manifesto aos democratas portugueses, faz valer a sua qualidade incontestável de «organização social que mais se tem oposto à degradação das condições de vida dos trabalhadores e às tentativas de destruição das

conquistas de Abril», designadamente a partir de 1976.

Limites extremos

Depois da «Lei de Segurança Interna» e do projectado «pacote laboral» deste Governo que continua a suscitar recusa da CGTP-IN. Acusando-o de ter em vista «dar ainda mais poder ao grande patronato, reprimir a luta dos trabalhadores e enfraquecer o seu movimento sindical», o manifesto responsabiliza este Governo por ter conduzido a degradação das condições de trabalho e de vida a «limites extremos» para um número cada vez maior da população trabalhadora.

«Os problemas do País resolvem-se com os trabalhadores», sublinha a Inter. Não se resolvem aumen-

tando ainda mais as suas dificuldades já muito sérias, propondo-se agora facilitar os despedimentos arbitrários, agravando para limites insuportáveis o desemprego, a miséria, a fome e a repressão.

A Inter, que enquadra os seus grandes objectivos na luta nacional dos democratas, numa perspectiva de reforço da unidade e da luta, reafirma que a demissão do Governo Soares/Pinto é «condição indispensável» não só para uma alternativa constitucional, mas ainda para encaminhar o País «no sentido do progresso, da justiça social e da paz».

Encontro com Arafat

A CGTP-IN, que tem desenvolvido nos últimos meses intensos contactos a nível internacional, fez deslo-

car à Tunísia uma delegação que foi recebida em Tunes por Yasser Arafat, presidente da OLP.

A delegação sindical portuguesa (Américo Nunes e José Manuel Carinhas) teve ocasião, durante a visita (10 a 14 do corrente), de «reafirmar o apoio dos trabalhadores portugueses à causa do povo palestiniano e à sua vanguarda, a OLP».

Numa nota do dia 17, que acabámos de citar, a Inter afirma que a visita se efectuou a convite da Federação Sindical da Palestina e que, «durante o resto da sua permanência naquele país, a CGTP-IN avistou-se também com Abid Achor, presidente da União Geral dos Trabalhadores Tunisinos com a qual a Central portuguesa mantém laços de amizade e solidariedade».



Aniversário da Inter em 1978. Como todos os anos lá estarão a saudá-la, em 1984, os sindicatos, os trabalhadores



Pelo direito de resposta

A mobilização nacional para a memorável concentração de 2 de Junho passado provocou tantos receios no Governo que o dr. Mário Soares se sentiu na obrigação de caluniar a Inter e os trabalhadores através da televisão. Reclamado o direito de resposta, o Conselho de Comunicação Social pronunciou-se favoravelmente em 26 de Agosto findo. Mas, segundo a Inter, o conselho de gerência da RTP tem primado «pelo mais estranho mutismo», desde que a Central sindical lhe solicitou que indicasse a data e a hora da emissão de resposta. Recordar-se (e aproveitar-se uma imagem do 2 de Junho em Lisboa) que a deliberação do CCS tem efeito vinculativo e que a resposta às calúnias do chefe do Governo interessarão certamente grande número de telespectadores

CIFA — Prisões confirmam o sentido da repressão Enérgicos protestos do movimento sindical

Ao sublinhar a arbitrariedade da detenção de duas dezenas de trabalhadores da CIFA, a CGTP-IN afirma que o facto de os detidos terem sido soltos «algumas horas depois sem qualquer julgamento» só comprova «a consciência que o próprio Governo tem da ilegalidade das suas acções repressivas». A prisão de manifestantes e sindicalistas ocorreu na manhã de quinta-feira passada junto à residência oficial do chefe do Governo. Entre os presos estavam dirigentes nacionais da Inter e Álvaro Rana, membro da comissão executiva da Central.

A Inter, que considera a prisão injustificada e arbitrária, afirma que o Governo mostrou novamente que «não consegue governar sem reprimir». A prisão de trabalhadores sem salários, que nem sequer efectuavam publicamente uma acção de protesto, mas se limitavam a aguardar uma audiência, confirma, segundo a Inter, que «a repressão e a criação de

novos mecanismos para tentar impedir a enorme oposição popular a esta política e a este Governo (lei de segurança interna, revisão das leis laborais, etc.) é cada vez mais a única linguagem que o Governo conhece no «diálogo social» alargado e na «concertação» que tanto apregoa, numa posição de chocante insensibilidade perante a miséria e a fome que

grassam em milhares de famílias operárias».

A repressão multiplica-se

A CGTP-IN, que condena frontalmente a política repressiva do Governo Soares/Mota Pinto, afirma que foram cerca de 40 as «sucessivas intervenções policiais» em 15 me-

te democrática e nacional, que reponha o respeito pela Constituição e pelo 25 de Abril».

Protestos

Entre os protestos pela prisão dos trabalhadores da CIFA e de dirigentes sindicais na última quinta-feira destacam-se os do SIESI (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) e do Sindi-

do poder, a direcção do SMP refere que «a prisão dos trabalhadores significa que o Governo não só não cumpre o seu dever de garantir o respeito pelas leis em vigor, como recorre a métodos impróprios mesmo da mais débil democracia».

Por sua vez, o SIESE, protestando junto dos poderes, acentua que «a detenção agora verificada é ainda mais grave pelo facto de já ter havido tribunais que se pronunciaram

Sobre os subsídios inviáveis

O secretismo das verbas para «emprego» dos patrões

As propagandeadas empresas «inviáveis», cujo número tem vindo a reduzir-se misteriosamente, acabaram por fixar-se em 64, segundo a lista do Governo. Mas, agora, apurou a Inter que dessas 64 inviáveis, quer dizer irrecuperáveis, 18 foram entretanto contempladas com «subsídios num montante global de quase 800 mil contos». As verbas foram atribuídas pela Secretaria de Estado do Emprego.

Como o Governo, e designadamente o Ministério do Trabalho, «contemplam» este facto não se sabe. A CGTP-IN tentou saber, através do secretário de Estado do Emprego, já no final do ano passado, quais eram exactamente as empresas subsidiadas e os respectivos montantes. Pelos vistos não foi por atraso burocrático que este último membro do Governo não tinha (até 17 do corrente pelo menos) dado ordens para que a lista fosse facultada.

Para melhor se entender como empresas só se tornam «inviáveis» depois de este Governo ter gasto com elas tanto dinheiro, recorde-se que todas as consideradas irrecuperáveis pela governação têm salários em atraso. E recorde-se também o facto não menos estranho de os subsídios (pelo menos os recebidos pelas 18 empresas indicadas pela Inter) terem sido atribuídos, aliás segundo a lei, «para efeitos de manutenção dos postos de trabalho».

Mas o que se passa é que algumas dessas empresas, segundo o próprio Governo, já foram encerradas, outras — acrescenta a Inter — suspenderam a laboração e outras, ainda, reduziram o volume do emprego», o que contradiz evidentemente a finalidade oficial dos referidos subsídios.

Sublinha a Inter, referindo-se à legislação em vigor, que os mesmos subsídios «devem ter

veis para a atribuição de subsídios». Para o resto não.

A CGTP, esclarecendo que os dados por ela analisados «representam apenas uma amostra das irregularidades cometidas», estranha ainda mais o «imbróglho» pelo facto de a atribuição daqueles subsídios depender do Governo da existência de «planos de viabilização» que as subsidiadas se encarregam de apresentar.

Onde foram parar as verbas atribuídas pela Secretaria de Estado do Emprego? Se o estado do emprego é o que se vê, é mais que legítimo continuar a duvidar dos critérios que presidiram à atribuição daqueles e de outros subsídios. Não será difícil descortinar o caminho que levaram centenas de milhares de contos suposta-

mente destinados a manter postos de trabalho e a evitar o aumento do desemprego.

Campanha pelos direitos da juventude

Entretanto, em reunião efectuada em Lisboa, os responsáveis da juventude das União Distritais e o Departamento de Juventude da CGTP-IN, concluíram que se verifica «um acentuado agravamento da situação dos jovens portugueses, em particular dos jovens trabalhadores». Até ao fim deste ano decorrerá sobre este assunto uma campanha nacional.

A decisão tomada pelos jovens representantes sindicais

da Inter baseia-se no aumento dos contratos a prazo, na proliferação do trabalho à tarefa, no encerramento e falência de empresas, no agravamento das discriminações e da repressão patronal e nos projectos do Governo para alterar a legislação do trabalho.

De âmbito nacional, a campanha é «pelos direitos da juventude — direito ao trabalho, ao ensino e à vida» e destina-se a «sensibilizar a opinião pública e a mobilizar a juventude na luta pela resolução dos seus problemas e reivindicações».

Uma nota da Inter de 5 do corrente aponta como objectivos principais desta iniciativa a luta «contra o desemprego; pela atribuição de subsídio aos jovens à procura do primeiro emprego; pela atribuição do salário mínimo aos jovens a partir dos 18 anos; contra os projectos do Governo para alterar a legislação laboral; e pela defesa da paz».

Festival Mundial em Moscovo

Na mesma reunião dos responsáveis sindicais pelos peiores da juventude «foram debatidos aspectos ligados à preparação do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes». A iniciativa decorrerá, no próximo Verão em Moscovo, pela «solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade». Os participantes na reunião manifestaram «o seu acordo com os objectivos do Festival» e decidiram «participar activamente nos trabalhos preparatórios a realizar no nosso País», refere uma nota da CGTP-IN.



Mais uma acção repressiva contra os sem-salário da CIFA, um dos casos mais antigos e mais criminosos da dupla Soares/Mota Pinto contra o interesse nacional

ses de coligação contra o movimento sindical unitário e contra as acções de massas.

Nas repressões, a Central inclui as cometidas contra os próprios «profissionais da PSP» (luta pela organização do respectivo sindicato) «estabelecimentos fabris das Forças Armadas» (mesmo motivo), a «cobertura ao cerceamento das liberdades sindicais nas empresas pelo patronato e a proibição de propaganda pública em autarquias de maioria governamental».

Ao comentar as atitudes repressivas do Governo Soares/Mota Pinto, a Inter afirma que elas constituem «a faceta cada vez mais crua dum governo repressivo, antidemocrático e antipopular» que procura esmagar «por todos os meios a justa oposição dos trabalhadores e dos democratas».

As acções policiais contra manifestações da população trabalhadora, designadamente das famílias, como as 1500 da CIFA, há meses e meses sem salários, são recordadas pela Central unitária, que se refere a «sucessivas intervenções policiais com espancamento e prisão» contra as quais volta a «protestar energicamente». Reafirmando com a mesma energia que «os trabalhadores e o seu movimento sindical não se deixarão intimidar pela política repressiva do Governo», a Inter reafirma que esse tipo de política justifica, pelo contrário, o seu cada vez maior empenho na luta pela demissão do actual Governo e por uma alternativa verdadeiramente

cato dos Metalúrgicos do Porto. Um dos seus dirigentes, António Ribeiro, foi preso juntamente com os trabalhadores.

Num telex para os órgãos

em casos semelhantes da CIFA. Para o SIESI esta detenção «surge claramente como medida intimidatória e acto de repressão abusivo e ilegal».

Aniversário da RDA

Culminando um conjunto diversificado de iniciativas culturais, recreativas e desportivas que decorreram em diferentes pontos do País, encerrou na passada segunda-feira, no Teatro Aberto, em Lisboa, a «Semana da RDA» em Portugal, iniciativa da Associação de Amizade Portugal-RDA, em Portugal, que assinalou o 35.º aniversário da criação deste Estado socialista.

A sessão solene realizada no Teatro Aberto, repleto, registou a participação do embaixador da RDA acreditado em Lisboa, Siegrid Kämpf; do dr. Freitas Branco, da Associação; e do professor Mártin, da cidade de Halle, e membro da Associação de Amizade RDA-Portugal.

Em atenção ao 35.º aniversário da República Democrática Alemã, os presentes na sessão do Teatro Aberto aprovaram uma saudação ao povo e ao presidente do Conselho de Estado da RDA, Erich Honecker.

Carlos Paredes, os «Dixieland All-Stars», banda de jazz da RDA e jovens ginastas deste país socialista — todos participantes na Festa do «Avante!» — animaram a parte final da sessão.

Escritórios e Comércio do CLL

Plenários no CT da Duque de Loulé

As organizações dos Escritórios e Comércio do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP vão realizar plenários no Centro de Trabalho da Duque de Loulé, em Lisboa. Assim, no dia 26, às 19 horas, reúnem os camaradas dos Escritórios. No dia 27, com início às 20 horas, encontram-se os trabalhadores comunistas da organização do Comércio.



Na Lisnave, uma das primeiras a constar das «inviáveis» pela irrecuperável política do Governo actual

Internacional

A política belicista da NATO e o revanchismo na RFA

Factos e declarações preocupantes têm-nos ultimamente vindo da RFA. Factos e declarações que testemunham o novo impulso que está a ser dado ao revanchismo, ao espírito e à ideia da «grande Alemanha», e que não correspondem apenas a uma política do governo democrata-cristão ou de outros sectores mais à direita na RFA, o que já seria muito, mas também a uma política que ultrapassa as fronteiras da República Federal Alemã, a política que vem a ser desenvolvida pelo imperialismo, hoje com um carácter particularmente agressivo — e no contexto da fulminante evolução técnico-científica — particularmente perigosa.

Começando por realçar os factos, é de assinalar a indicação de um general da RFA para o sector nuclear da NATO e a decisão da União da Europa Ocidental de levantar a proibição que atingia a RFA, de produzir bombas nucleares estratégicas e mísseis intercontinentais.

É verdade que a RFA já participa hoje na produção de armas estratégicas, incluindo aviões e mísseis, e recentemente assinou mesmo com o governo dos EUA um acordo no valor de 7 mil milhões de marcos para compra de novos sistemas de mísseis.

O que em nada invalida quer o carácter legal, à face dos acordos de Yalta e Potsdam, das decisões assumidas por países da NATO, quer a preocupação convergência entre o reforço, também material, do espírito revanchista na RFA, e a acção e a política da NATO, a política do imperialismo norte-americano. Referimos, claro está, em primeiro lugar, à instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa, com destaque para a RFA. Mas também às manobras militares da NATO que deverão terminar amanhã, na Baviera. Pela sua dimensão: as maiores manobras militares terrestres da NATO realizadas em território da RFA desde a 2.ª guerra mundial. Pelo seu objectivo expresso: «o reforço rápido da RFA em tempo de crise».

Tudo isto se coaduna perfei-

tamente, quer com a primeira declaração governamental de Kohl, quer com a resolução do Bundestag (parlamento federal) de Fevereiro de 1984 — viradas para a ideia de restauração da «grande Alemanha». Ou ainda as reacções do chanceler democrata-cristão, Kohl, manifestando a «sua incompreensão total e a sua estupefacção», face às afirmações do ministro italiano dos Negócios estrangeiros sobre a existência de facto de duas Alemanhas.

Com este conjunto de factos, são de destacar as recentes declarações do dirigente da RDA, camarada Honecker, em entrevista publicada em Agosto em diversos jornais da RDA: «Os círculos mais agressivos dos EUA e da NATO aspiram à superioridade militar, pretendem a hegemonia, custe o que custar. **Estão a empreender a tentativa mais maciça desde o pós-guerra para corrigir os resultados da Segunda Guerra Mundial e a evolução ulterior.**» E ainda: «Consideramos especialmente alarmante o facto de agora, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, existir novamente o perigo de uma guerra a partir de território alemão, a partir de território da República Federal da Alemanha».

E aqui — como aliás não é novo — a política da NATO, a política do imperialismo norte-americano, coincidem de forma mais que clara com os perigosos sonhos dos revanchistas oeste-alemães.



As lições da história

O espírito «cruzada» anti-comunista de Reagan — hoje mais perigoso que nunca — não constitui no entanto um elemento novo no panorama político internacional. Data de 1917, da revolução de Outubro. Desde então a luta de classes assumiu também o carácter de batalha inter-estatal. Da parte do socialismo com a força do exemplo, a ajuda internacionalista aos povos em luta, a defesa consequente da paz. Da parte do capitalismo com a formação de sucessivas frentes anticomunistas, primeiro contra o único Estado socialista, e depois contra a comunidade socialista. Frentes que utilizam um vasto arsenal, do boicote económico à guerra ideológica, à intervenção directa por via da provocação ou por via militar.

E assim temos a «marcha de 14 Estados», ou seja a grande invasão da recém-proclamada República dos sovi-

tes. O Pacto anti-Komintern, de 1936, concluído entre a Alemanha fascista e o Japão militarista, ao qual aderiu a Itália em 1937, e que então foi considerado como um «bastião do Ocidente» na luta contra o bolchevismo». Um «bastião do Ocidente» que deveria levar à morte 50 milhões de pessoas, na Segunda Guerra Mundial.

Ainda no fim da guerra, eram lançadas as bases de uma outra forma de política anti-soviética: a «guerra-fria».

Nun recente comentário, o físico britânico Maurice Wilkins, um dos criadores da bomba atómica norte-americana, afirma, referindo-se a Hiroshima: «Hoje estou absolutamente convencido de que não era o Japão, mas a União Soviética, o verdadeiro alvo dessa bomba. A ideia era advertir, dessa maneira, o comunismo. Hiroshima não foi o fim da Segunda Guerra Mundial, mas sim o início da «guerra-fria».

Hoje mantêm-se as pretensões a similares «advertências», baseadas uma vez mais no objectivo de alcançar a vida vem provando ser impossível. Mas há uma diferença: ao visar o socialismo, o que se põe em causa é muito mais que um país, um povo, uma revolução — é não só o futuro em termos de evolução socio-política, mas o próprio futuro, muito simplesmente, ou seja, a sobrevivência da Humanidade e do planeta.

Esta é a nova qualidade adquirida pelo confronto entre o imperialismo e as forças progressistas a nível mundial.

Os acordos são para violar?

Segundo os acordos de Yalta e Potsdam, a RFA não deve dispor de armas ofensivas que possam constituir uma ameaça

a outros países. Ora, de diferentes formas embora, por uma decisão da União da Europa Ocidental de levantar a proibição que atingia a RFA no que respeita à produção de bombas nucleares estratégicas e mísseis intercontinentais, quer a indicação de um general da RFA para o sector nuclear da NATO — vão contra os acordos que deram forma à realidade do pós-guerra, que abriram portas a um período de relativa estabilidade, e que estão a ser hoje particularmente contestados. Exactamente quando na RFA ganha novo fôlego a ideia de «grande Alemanha». Exactamente quando o imperialismo norte-americano instala os novos mísseis na Europa e desenvolve os mais diversos planos de armamento, do «convencional» ao químico, do nuclear à «guerra das estrelas».

A violação de acordos internacionais constitui prática corrente do grande capital. Quer em termos económicos. Quer



As vítimas dos nazis na Segunda Grande Guerra. Vítimas dos neozis hoje (o atentado de Munique, em Setembro de 1980). Estes os frutos de uma política imperialista de militarização da vida internacional, a que corresponde, a nível interno, a cobertura de acções terroristas, a perseguição das forças de esquerda

em termos políticos. No que respeita à RFA, quase poderíamos afirmar que a obtenção ou violação de acordos por parte deste país, constitui como que um barómetro do clima político internacional.

Na entrevista atrás referida, Honecker afirma: «A constituição da RFA foi expressão dos objectivos fundamentais do imperialismo a fim de rever a seu favor os resultados do triunfo da União Soviética sobre o fascismo hitleriano na Segunda Guerra Mundial, bem como os resultados do desenvolvimento do pós-guerra».

Estavam então a ser lançadas as bases da «guerra-fria».

Nun período de desanuviamento internacional, foi possível a assinatura dos acordos de 1970, que constituiram o reconhecimento jurídico-internacional das fronteiras dos dois Estados alemães. Essas mesmas fronteiras que hoje, em tempos de «cruzada» anti-co-

munista — com a corrida aos armamentos e uma política de direita na RFA — se pretende uma vez mais contestar.

Os factos são claros e a sua interligação evidente.

Mas reflectem intenções e planos que esbarram com um dado fundamental: ao impedir o crescimento dos perigos que pendem sobre a humanidade corresponde a maior força alguma vez existente na história contra a corrida aos armamentos, contra o próprio espírito da «cruzada» anti-comunista e os seus promotores.

A nível internacional. E mesmo com particular expressão no interior do Estado da RFA. Esse mesmo país onde no pós-guerra se acolheu toda a casta de revanchistas, criminosos de guerra, os saudosistas de um passado irrecuperável — os responsáveis da prisão ou assassinato de mais de metade dos comunistas alemães — com que Hitler abriu o seu caminho.

Médio Oriente A partilha do poder num acordo de sionistas

Doze ministros trabalhistas liderados por Shimon Peres, outros tantos do Likud de Isaac Shamir, mais um do Partido Nacional Religioso e seis vice-ministros compõem o chamado governo de «união nacional» que no final da semana passada tomou posse em Israel, culminando um longo processo de partilha do poder entre as forças sionistas.

Embora o esquema de alternância no cargo de primeiro-ministro constitua um caso inédito na cena política israelita, não se pode em boa verdade dizer que o entendimento entre os dois principais partidos seja uma novidade. As diferenças entre ambos, se existem, são de pouca monta; o busilil da questão quanto ao harmonioso entendimento entre eles tem que ver sobretudo com o sacramental dilema de quem é o poder, coisa que os acordos iludem mas não resolvem. Portugal tem nesse campo uma larga experiência!

Assim, não é de estranhar que a generalidade da imprensa israelita preveja uma curta duração do actual governo, havendo mesmo quem considere que Shimon Peres não chegará a cumprir o seu mandato de dois anos como primeiro-ministro, quanto mais a alternar a governamental liderança com Shamir! A atestar a fragilidade da nova coligação estão de imediato a série de contradições que assinalaram a tomada de posse do executivo sionista. Enquanto Shimon Peres anunciava que o seu go-

verno possui um plano completo para a retirada das tropas israelitas do sul do Líbano e o novo ministro da Defesa fazia notar ao Estado-Maior do Exército a necessidade de encontrar a forma de pôr termo à presença das tropas israelitas no Líbano, um navio de guerra de Israel bombardeava Beirute Ocidental.

O dirigente trabalhista que, recorde-se, foi a favor da invasão do Líbano, tem no seu governo de «união nacional» figuras como Ariel Sharon (mais conhecido no país como carniceiro), responsável pela invasão do Líbano e pelos massacres de Sabra e Chatila; e Moshe Arens, ex-ministro da Defesa, acérrimo defensor da ocupação permanente do sul libanês. A completar o quadro importa ainda referir a presença de Isaac Shamir como primeiro-ministro interior, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, firmemente disposto a seguir a política do anterior governo a que presidiu, designadamente no que se refere à implantação de novos colonatos nas terras árabes ocupadas. De recordar a

propósito que a última medida do ministro das Finanças cessante — não questionada pelo actual governo — foi pôr à disposição dois milhões de dólares para a instalação de mais dois colonatos na Cisjordânia, ao mesmo tempo que o Likud se prontificava em fornecer aos trabalhistas informações pormenorizadas sobre os 27 colonatos em estado de implantação na Cisjordânia e Gaza.

Curiosamente, o novo governo sionista não parece preocupado com a procura de soluções para fazer face à gravíssima crise económica que o país atravessa. E isto não obstante a sua tomada de posse ter sido também assinalada com a divulgação, pela Central de Estatísticas, do brutal aumento do custo de vida no mês de Agosto: 16,5 por cento, o índice mais elevado comparativamente desde a fundação do Estado de Israel!

Com uma inflação anual que ultrapassa já os 400 por cento, Israel necessita urgentemente de uma saída para os seus problemas económicos. Não será através da implantação de colonatos ou do prosseguimento da guerra que a encontrará. Mas que soluções se podem esperar de uma coligação tão obcecada pelo poder que se dispõe a disputá-lo a qualquer preço?

As interrogações que se colocam quanto ao futuro de Israel são indissociáveis da resolução dos problemas da região, designadamente no que respeita ao Líbano e à questão palestina. A coincidência do ataque a Beirute com a posse do governo nada augura de bom nesse sentido. A administração Reagan, que aparentemente se desinteressou da situação gerada em Israel após as eleições, não perdeu o interesse no Médio Oriente nem deixou de apoiar o seu gendarme local.

O que leva a crer que Washington está segura de que com Peres ou com Shamir os seus interesses estão garantidos...

Resta saber como reagirão os próprios israelitas a braços com a inflação e o desemprego crescentes, a instabilidade política institucionalizada, a incapacidade governamental notória. Questões que a política de guerra já não consegue esconder.

África do Sul / O Setembro negro

No Soweto em Sharpeville, em 1976 como em 1984, os massacres da população negra levados a cabo pelos racistas de Pretória provam que o racismo e o apartheid têm de ser combatidos em todo o mundo e os seus defensores isolados e condenados como autores de crimes contra a Humanidade.

Os acontecimentos do início de Setembro nos arredores de Joanesburgo, mais propriamente nos ghettos em que vivem os negros sul-africanos, não diferem de muitos outros ocorridos durante a já longa história da racista África do Sul, podendo resumir-se em meia dúzia de palavras: contestação popular à entrada em vigor da «nova» Constituição de perpetuação do apartheid e manifestações de revolta contra o aumento das rendas das miseráveis casas dos bairros negros.

Nada de novo, portanto. Como nada há de novo no facto das autoridades sul-africanas responderem aos protestos da população fazendo-a metralhar pela polícia e pelo exército,

invadindo os bairros de lata com carros blindados, reprimindo os manifestantes com helicópteros, armas de fogo, gases lacrimogéneos, incendiando as paupérrimas habitações e lançando milhares de pessoas na rua.

Nada disto é novo no reino do apartheid. E se os massacres do Soweto em 1976 indignaram a opinião pública com os seus mais de 500 mortos, em boa verdade é preciso afirmar que os países do famigerado mundo livre pouco ou nada fizeram para impedir que tais crimes se repetissem.

Como aconteceu agora, neste Setembro de 1984. Ou como tem vindo a suceder quase diariamente, ainda que de forma

mais discreta, sempre que na África do Sul seres humanos são julgados pela sua cor de pele, famílias separadas porque aos negros não é permitido o pleno direito de cidadania, presos políticos torturados e assassinados anonimamente por defenderem os direitos de um povo de mais de vinte milhões oprimido por uma minoria branca que detém o poder.

Quererá isto dizer que os massacres do triângulo do Vaal, a sul de Joanesburgo, não têm importância? É óbvio que não. O que isto significa é que as campanhas sorridentes dos racistas sul-africanos pela Europa, se enganaram alguma gente, não passaram de puro «bluff» para justificar o romper do isolamento que a consciência internacional impunha aos criminosos sul-africanos.

O que significa, é que as vozes que clamaram contra a presença em Portugal do racista Botha, tão cordialmente acolhido pelo Governo Soares/Pinto que fez questão de bizar a

visita, tinham razão ao condenar sem apelo o estreitar de relações entre o Portugal de Marcelino e o sanguinário regime de Pretória.

Quem pode manifestar estranheza pelos massacres de agora? Que modificações de fundo se registaram na África do Sul que pudessem ser encaradas como democratização do regime?

Não foi certamente a realização de eleições em que a esmagadora maioria da população — os negros — não partici-

pou; nem tão pouco a melhoria das condições de vida dos trabalhadores — negros — que continuam a ser vítimas de toda a espécie de medidas segregacionistas; ou sequer a liberdade política — Nelson Mandela, símbolo vivo da luta do povo negro, está preso há mais de 20 anos —; ou o direito à educação, à saúde, à habitação. Nem a questão da Namíbia foi resolvida. Nem os pequenos países vizinhos da África do Sul deixaram de sofrer

as pressões de Pretória.

E a lista poderia continuar, que nada ou quase nada de novo se encontraria que justificasse a abolição do regime que Botha se prepara para presidir. Pelo que a única conclusão legítima a tirar é a de que o regime sul-africano que sempre ao sentir-se ameaçado revela a sua verdadeira face, deve merecer aos países e povos de todo o mundo o mais profundo desprezo e condenação.

Não será fácil conseguir tal isolamento. Os elevadíssimos lucros que o imperialismo retira da África do Sul, à custa da exploração e opressão da população negra, cala mais fundo nos dirigentes do mundo «livre» que as centenas de mortos, feridos, presos de todos os Sowetos sul-africanos. Tal tarefa cabe aos povos, às forças progressistas de todo o mundo às pressões que possam exercer nos respectivos países e à solidariedade que façam sentir ao povo sul-africano.

O estertor da ditadura chilena

Onze anos depois do golpe de Estado fascista do general Pinochet, o Chile vive de novo num clima de feroz repressão. Mas hoje não é já a ditadura que impõe o ritmo dos acontecimentos no Chile, mas sim os contínuos protestos populares que malgrado a brutalidade policial diariamente se expressam nas ruas.

O elevado número de mortos, feridos e presos resultantes dos confrontos entre as autoridades fascistas e a população, nas vésperas do tenebroso aniversário, são a prova cabal da incapacidade do regime em dar resposta às questões nacionais e do seu total isolamento na sociedade chilena.

O descontentamento popular provocado pela dramática situação económica que se vive no país, pela falta de liberdades, pela repressão e pela exploração transformadas em política de Estado, traduz-se cada vez mais em reivindicações de carácter abertamente político, apoiadas por sectores de todos os quadrantes políticos, incluindo os que no passado estiveram ao lado de Pinochet.

A falência económica, política e social da ditadura chilena tornou-se de tal modo incómoda que nem o imperialismo norte-americano, que há onze anos concebeu, financiou e dirigiu o golpe que derrubou o governo democrático de Salvador Allende, mostra interesse em prolongar-lhe a existência.

A questão que neste momento se coloca é que alterna-

chegaram as relações entre a ditadura e a Igreja, após o seu período aureo de entendimento, há onze anos atrás.

Importa salientar nesse contexto as palavras do arcebispo de Santiago durante as exéquias do padre assassinado: **a paz, disse, não pode nunca desenvolver-se num clima de terror, de intimidação e morte.**

Mas é justamente esse o clima que a clique de Pinochet fomenta, agravando-o com o prolongamento sucessivo do estado de emergência, na ten-

tativa inútil de manter a população sob controlo e evitar as explosões de descontentamento popular.

Uma tentativa tão inútil quanto é certo que a luta contra a ditadura assume cada vez mais o carácter de luta pela libertação do domínio económico norte-americano, que lançou o país na mais grave crise da sua história. Nunca o desemprego foi tão massivo como actualmente, em que os índices de crescimento industrial baixaram aos níveis de 1966, a dívida externa aumentou cinco ve-

zes e as falências quadruplicaram. Nunca, como hoje, o Chile teve tanta terra arável ao abandono, enquanto larga parte da população vive abaixo dos níveis de sobrevivência.

Neste quadro completo em que a ditadura luta pela sobrevivência à custa da repressão mais brutal e a população conjuga esforços para a derrotar, nenhuma forma de luta pode ser dispensada. Mas é certamente a unidade de todas as correntes da oposição a arma mais forte para fazer face ao fascismo.



Os massacres de Sabra e Chatila foram há dois anos. Os seus responsáveis continuam impunes fazendo hoje parte do governo trabalhista de Shimon Peres



Os polícias de Pinochet em acção em Santiago